



A “NOVA” EXTREMA-DIREITA E O REVISIONISMO HISTÓRICO

João Victor Santos Dias

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: joao_live15@hotmail.com.br

José Rubens Mascarenhas de Almeida

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (Brasil)

Endereço eletrônico: rubens.mascarenhas@uesb.edu.br

51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o revisionismo histórico como um dos elementos caracterizadores e fundamentais para impulsionar e consolidar a ideologia e os interesses da “nova” extrema-direita. Tendo em vista que as narrativas historiográficas são utilizadas para fins político-ideológicos, essa discussão se apropria do uso do passado como arma política, que serve ao interesse da extrema-direita, sendo possível verificar a construção e difusão de uma história para finalidades ideológicas. Neste debate se analisa o surgimento e ascensão da extrema-direita surgida, principalmente, no pós-jornadas de junho de 2013 e pós-golpe 2016.

Seu *modus operandi* é configurado nos ideais da Escola Austríaca – elemento essencial para entender o discurso anticientífico historiográfico –, nos ideais religiosos, principalmente, o fundamentalismo cristão, à atuação dos *think tanks* e suas mídias sociais. Sendo assim, tratará da inter-relação, dos interesses e finalidades do uso historiográfico para atender à ideologia da atual direita.

A “nova” Direita Brasileira e o revisionismo histórico

Em primeiro plano, é preciso salientar que a direita nunca esteve ausente do cenário político brasileiro, visto que foram fundados aparelhos de difusão do liberalismo, conforme demonstra Casimiro (2018). Porém, fica evidente que o seu discurso se concentrava no neoliberalismo econômico atrelado à Escola de Chicago. No momento em que “a direita entendeu que havia espaço para radicalizar o seu discurso” (MIGUEL, 2018, p.19), o que promove a ascensão de uma direita extremista e ultraliberal, com um discurso totalmente reacionário, sendo consolidada no cenário brasileiro após o processo histórico de dois acontecimentos: as jornadas de junho de



2013 e o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, essenciais para a reorganização dessas elites.

Assim, a partir da segunda metade da década de 2000, o discurso da direita passa a ganhar maior dimensão e radicalidade. Abandona-se uma espécie de “constrangimento” que mantinha suas manifestações mais extremadas silentes; depois elas passaram a caracterizar esse avanço da direita no Brasil (CASIMIRO, 2018, p.43).

A lógica político-ideológica dessa “nova” extrema-direita é pautada, sobretudo, na Escola Austríaca, de onde “bebe hoje seus expoentes mais radicais (...)” (CAPARANÃ, 2018, pp. 35-36). Conforme Vargas (2021), a Escola Austríaca possui como alicerce o anticientificismo e o antiacademicismo no seu campo intelectual, com base de que as instituições (as universidades, as escolas, a mídia...) estão impregnadas pelo “marxismo cultural”, pois que são instrumentos da ideologia marxista para manipulação das massas, portanto, proliferam mentiras com o fito de doutrinação estatal. Nesse projeto, o fundamentalismo cristão e a presença de um inimigo comum são elementos basilares de sustentação de seu discurso.

Essa “nova” extrema-direita pauta-se na cristalização dos aparelhos privados de hegemonia (APH's), embora esses tenham surgido anteriormente. Os APH's são aparelhos da direita ultraliberal, responsável pela propagação de sua ideologia. Seu *modus operandi* se dá pela ação doutrinária através do uso das mídias sociais. Conforme Casimiro (2021, p. 44), servem como “representação política não partidária dos segmentos da direita liberal conservadora, atualizada, militante e, (...), truculenta”, personificada de forma que, no “campo das ideias, a extrema direita estabeleceu vínculos entre si por meio de *think tanks* liberais, com resultados políticos mediante as mobilizações de massas que estimula” (VARGAS, 2021, p. 17), intensificando a difusão do pensamento liberal-conservador e as narrativas de *fake news* de conteúdo revisionista (CASIMIRO, 2018, pp. 43-44). Vale destacar que no Fórum da Liberdade, principal evento de destaque entre os APHs, podem ser encontrados uma polifonia de correntes da direita ultraliberal tradicional de divulgação de ideias negacionistas (VARGAS, 2021, p.20).

Segundo Mayara Balestro, ao analisar a questão da atuação da empresa Brasil Paralelo e o projeto conservador-reacionário-ultraliberal, vê-se que sua atuação se dá “(...) através da participação de intelectuais de diferentes frações de classe e relacionados diretamente com o Estado. (...) esse APH [Brasil Paralelo] se localiza no interior de um projeto maior de formação pedagógica e ideológica (...). (BALESTRO,



2021, p.9), sendo possível caracterizá-lo pelo conservadorismo, estabelecendo “concepções moralistas, tentando legitimar a ideologia mais elitista, (...) e preconceituosa, de caráter profascista, sob o signo de “ciência”, buscando uma “aparência de crítica social” (CASIMIRO, 2018, p.44).

Segundo Lowy (1978, p. 15), nenhum uso do passado é de forma ingênua, sempre assinalando interesses de algum grupo. Este autor observa que,

(...) nas ciências históricas essa escolha não é um produto do acaso, mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global. As visões do mundo das classes sociais condicionam, pois, não somente a última etapa da pesquisa científica social, a interpretação dos fatos, a formulação das teorias, mas a escolha mesma do objeto de estudo (...).

Nessa lógica, o uso do passado pela “nova” extrema-direita se dá por intermédio desses APHs, que atendem os interesses da burguesia mais reacionária e conservadora no país, revisitando e reescrevendo uma história para os seus fins ideológicos, ancorados “na defesa do capitalismo neoliberal e privatista, de uma concepção histórica/historiográfica revisionista na forma de desqualificar pesquisas científicas e estudos críticos ao capitalismo” (BALESTRO; MIRANDA, 2019, p. 7). Além disso, “A instrumentalização do discurso faz parte dessa construção (...), no sentido de construir uma ‘nova’ hegemonia mantendo os interesses da classe dominante” (BALESTRO; MIRANDA, 2019, p.4). Para Santos (2021, p.1)

Não se trata apenas de inventar ou negar uma realidade, mas de construir uma memória histórica que possa ser compartilhada por uma coletividade. Para tanto, as manipulações do passado precisam se afirmar como verdade e não como ficção ou uma interpretação possível; são apresentadas como verdade “nova”, jamais revelada ao público, ou como correção às “mentiras” ditas por quem, geralmente, está no campo político oposto.

Essas cepas se utilizam da descoberta de uma “história inédita”, baseada em pesquisas sem critérios científicos, nunca reveladas ao público, devido à contaminação dos historiadores pelo “marxismo cultural”, fato que descredenciaria a pesquisa científica e historiográfica. No plano de fundo estaria a doutrinação estatal. Segundo Nicolazzi (2021, p. 18),

(...) o resgate é predominantemente o da história, da verdade ou, na conjunção de ambos, da “nossa história verdadeira”. Uma história que, na constelação mitológica da empresa e no imaginário criado pelos públicos, havia sido ocultada, escondida, negada e, inclusive, roubada



por parte dos professores nas escolas, dos historiadores nas universidades e dos jornalistas na grande mídia.

Assim, essa “nova” extrema direita, mediante o revisionismo historiográfico, “presta-se à elaboração de versões alternativas a interpretações históricas consagradas” (SANTOS, 2020, p.3). Além disso, esse revisionismo histórico é baseado na “mentira pura e simples, o falso, o apelo a uma documentação completamente fantástica” (VIDAL-NAQUET, 1988, p.40). A sua atuação se dá sob a intenção de natureza político-ideológica e serve para deslegitimar a ciência histórica, buscando negar e silenciar o passado em busca de novas construções. No que diz respeito ao Brasil, Santos (2020, p.3) afirma que, recentemente,

... o uso político do passado se acentua com o bolsonarismo no poder. A política obscurantista, (...), propõe-se a reescrever a história nacional e a criar um contraponto à historiografia academicamente produzida, que, na visão bolsonarista, se reduziria a um viés ideológico das esquerdas brasileiras.

Assim, observamos uma reconstrução na memória social com fitos particulares e mercadológicos de uma versão “... historiográfica alinhada aos ditames hegemônicos que interessa fortemente a corporações poderosas na produção do imaginário e opinião pública brasileira” (BORGES, 2019, p.11). Isso tudo pode agravar-se, como salienta Löwy (1978), ao afirmar que, quando há uma “instrumentalização extrema da ciência, diretamente submetida às necessidades político-ideológicas”, o resultado pode levar “a deformação mais grosseira e vergonhosa dos fatos históricos” (p.22).

CONCLUSÕES

É evidente que um dos instrumentos da “nova” extrema-direita, de caráter ultraliberal, conservador e neofascista, amparado na Escola Austríaca, é a apropriação do uso do passado para fins políticos. Ela se apropria e monopoliza a construção do discurso historiográfico, se reivindicando como os verdadeiros historiadores, no sentido de que estão reconstruindo o que deveria ser a “História Nacional oficial”, a qual foi perdida e negligenciada pelas instituições acadêmicas e pelos historiadores, por esses estarem imbuídos da ideologia marxista, personificada no “marxismo cultural”. Sendo assim, a historiografia é usada para fins de interesses de frações da burguesia brasileira, através do revisionismo histórico, legitimando e efetivando uma política de memória, de caráter político, embasado na anticientificidade, com intuito de deslegitimação da



ciência histórica mediante os aparelhos privativos de hegemonia, os *think tanks*, e a fim de construir uma narrativa histórica que atenda os seus interesses. Portanto, o uso desse passado não se dá de forma ingênua, mas de forma estratégica dessa corrente.

PALAVRAS CHAVES: Nova extrema-direita. Ideologia. Historiografia.

REFERÊNCIAS

BALESTRO, Mayara; MIRANDA, João Elter Borges. AÇÃO DOUTRINÁRIA, REVISIONISMO HISTÓRICO E CONSENSO. **Sobre Ontens**, v. 2, 2019.

BALESTRO, Mayara. Brasil Paralelo: um (perverso) canal de poder e hegemonia da 'nova direita' no Brasil contemporâneo. In: IX Congresso Internacional de História, 2019, Maringá (PR). Anais do 9o Congresso Internacional de História: ?História da América em debate: fronteiras, ensino e ecologia?. Maringá, PR: UEM/DHI, 2019. v. 9. p. 2270-2279

BORGES, Ítalo Nelli. O Paralelismo do Absurdo: 1964 – O Brasil entre Armas e Livros e seus Desserviços Históricos e Sociais. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**, Morrinhos - GO, v. 10, n. 2, p. 152-166, mai./ago. 2019. ISSN 2179-6386.

CAPARANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 35-36.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Esther Solano **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 41-45.

LÖWY, Michael. **Método Dialético e Teoria Política**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 18.

NICOLAZZI, Fernando. Brasil Paralelo: restaurando a pátria, resgatando a história. A Independência entre memórias públicas e usos do passado. In: seminário 3x22: Independência, memória e historiografia, 2021.

SANTOS, F. S. O.. Revisionismo histórico e juridicização do passado. In: X Encontro Estadual de História - Anpuh Bahia, 2021, Vitória da Conquista. Combates pela História. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2021.

VARGAS, Neide César. Negacionismo histórico e neoliberalismo à brasileira. In: XXVI Encontro Nacional de Economia Política, 2021, Goiânia. Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia Política, 2021. Disponível em: <
https://enep.sep.org.br/uploads/1409_1615763346_texto_SEP_2021_identificado_pdf_ide.pdf>

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo**. Campinas, SP: Papirus, 1988.